

Criminosos permanecem impunes

Promotor denuncia falta de aparelhamento da polícia. Só em Brasília 255 processos estão suspensos

LAYRCE DE LIMA

O Tribunal do Júri de Brasília encerra o ano de 96 com 255 processos suspensos. É este, portanto, o número de homicídios que permanecem impunes. Para o promotor Maurício Silva Miranda, da Primeira Promotoria do Júri, o desaparecimento das polícias é a principal causa da impunibilidade de assassinos famosos, como o estudante Marcelo Bauer, acusado pelo assassinato da namorada, Thaís Mendonça.

O mandado de prisão expedido em 1989 pelo juiz Edson Martins Ismaniotto continua sendo renovado anualmente. Marcelo continua desaparecido. A pena para o crime, cometido em 1987, prescreverá no ano de 2007. Se Marcelo não for encontrado até lá ou não aparecer qualquer evidência que leve a outro suspeito, ninguém será julgado pelas 19 facadas e um tiro na cabeça que mataram a estudante.

Assim como no Plano Piloto, cada satélite do Distrito Federal coleciona pelo menos uma centena de casos sem solução porque os acusados de assassinato não podem ser julgados à revelia (sem estarem presentes no Tribunal do Júri). Recentemente, Maurício tirou o processo contra Marcelo Bauer da

biblioteca para estudar. Ele quer saber se não há ainda algum caminho que possa ser trilhado na tentativa de localizá-lo.

Um dos responsáveis pelo julgamento do policial Divino José de Matos, o Divino 45, pelo assassinato do jornalista Mário Eugênio, o promotor Maurício Miranda faz parte do grupo de inconformados com a impunidade. "Se a polícia fosse melhor aparelhada, nós certamente já teríamos solucionado vários casos, que já têm mais de 10 anos", lamenta.

Sangue - Um exemplo bem palpável de como a modernização pode auxiliar a solução de crimes está para acontecer nos próximos dias. O novo laboratório de análise de DNA do Instituto de Criminalística da Polícia Civil possibilitou a solução de um crime cometido há dois anos.

"Nós submetemos roupas recolhidas na casa do principal suspeito há dois anos ao exame e descobrimos vestígios do sangue da vítima", conta Maurício. O promotor prefere não divulgar qual caso está prestes a solucionar por enquanto, mas garante que oferecerá a denúncia ainda em dezembro.

Caso Ana Lúcia já está prescrito

O rapto e morte de Ana Lúcia Braga é o crime hediondo mais conhecido do Distrito Federal. Foi em setembro de 1973 que a menina, de apenas sete anos, se tornou vítima do crime sexual que se arrastou na Justiça por 21 anos até a prescrição, sem que o culpado fosse encontrado. A lista de suspeitos chegou a incluir o próprio irmão da menina. Embora seu nome não conste dos autos, o filho do ex-ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o Buzaidinho, morto num acidente de automóvel, também chegou a ser investigado.

Mais de uma década depois do assassinato de Ana Lúcia, em julho de 1987, foi a vez da universitária Thaís Muniz Mendonça. Morta aos 19 anos, com um tiro na cabeça e 19 facadas, a jovem pode ter sido assassinada pelo ex-namorado, Marcelo Bauer, que teria cometido o crime por ciúmes. Filho do tenente-coronel da PM, Rudi Bauer, Marcelo recebeu ajuda da família para fugir, atitude elogiada pela cúpula da Polícia em Brasília, na época.

Em 1973, pleno regime militar, as dificuldades para apuração do assassinato da filha dos servidores públicos Álvaro Braga e Heloísa Rossi Braga, também foram insuperáveis. As investi-

gações sobre o caso Ana Lúcia foram suspensas durante todo o governo do general Emílio Garrastazu Médici em consequência das denúncias públicas contra o filho do então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid.

Pela morte de Ana Lúcia, apenas seu próprio irmão, Álvaro Henrique Braga, que teve a prisão preventiva decretada pela Primeira Vara Criminal, e Raimundo Lacerda Duque, que cumpriu quatro anos e dois meses de pena, foram acusados. Ainda assim, a Justiça absolveu ambos por falta de provas.

Proteção - Inúmeros crimes sexuais foram cometidos em Brasília após a morte de Ana Lúcia. Mas foi a vingança de Marcelo Bauer contra Thaís, na década de 80, que deu coragem à população e ao movimento feminista da cidade para reivindicar uma delegacia que protegesse a população contra os manfacos sexuais e os crimes passionais.

O mês que se seguiu à morte da estudante de Pedagogia foi marcado por manifestações pedindo a inauguração da Delegacia da Mulher (DEAM), uma nova esperança contra a impunidade na cidade. (LL)



A impunidade deixa inconformado o promotor Maurício Silva Miranda, que exige uma melhor atuação da polícia

Empenho é maior em certos casos

A exceção para a regra da impunidade aponta para a prisão dos que atentam contra autoridades. O exemplo mais recente é o assassinato do ex-secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, o advogado Galba Menegale, no dia 30 de abril deste ano. Baleado quando manobrava seu carro num cruzamento da QI 15, no Lago Sul, Menegale foi o alvo de dois ocupantes de um opala marron. Em menos de quatro meses os autores do crime foram identificados, indiciados e julgados pelo assassinato.

O mandante do crime também já está identificado. É o empresário do ramo imobiliário, Hélio Nunes. Apesar de foragido, Hélio não terá as vantagens de outros homicidas. Uma mudança no artigo 376 do Código de Processo Penal, elaborada pelo Congresso Nacional um mês antes do assassinato, suspendeu a contagem do prazo de prescrição de crimes de homicídio enquanto o acusado não for localizado pela polícia. A acusação pela morte de Menegale nunca deixará a ficha de Hélio Mendes, até que ele se apresente para responder pelo crime.

O mesmo se aplicaria ao assassino do empresário Alcides José Peres, de 35 anos, ocorrido uma semana antes do de Galba, em condições semelhantes. A única diferença é que a polícia ainda não tem pistas. Alcides José Peres foi atingido por seis tiros de pistola automática no dia 24 de abril, quando chegava ao seu escritório.

A relação entre os dois crimes chegou a ser cogitada quando a polícia descobriu que o advogado já havia defendido a empresa de Alcides, a Sainel. Até hoje, a ligação entre os dois assassinatos ainda é mistério.

Orçamento - Um famoso crime envolvendo o integrante de outra máfia, a Máfia do Orçamento, é mais um na lista dos que continuam sem desfecho. Acusado de arquitetar o assassinato da mulher, Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos, o ex-Assessor da Comissão Mista do Orçamento no Congresso, José Carlos Alves dos Santos, continua sem julgamento.

Responsável pela elaboração das emendas negociadas pelo ex-deputado João Alves (PPB/BA), um dos "anões do Orçamento", José Carlos foi indiciado em outros 14 inquéritos, envolvendo tráfico, sonegação, estelionato, corrupção e até mesmo prostituição. Foi absolvido em todos eles. Do crime de homicídio, José Carlos terá maiores dificuldades para se livrar. (LL)

DESILUSÃO

Ex-mulher de Mário Eugênio desabafa

A ex-mulher do jornalista Mário Eugênio Rafael de Oliveira, Ana Maria Rocha, foi atraída a Brasília para lutar contra o fim da impunidade. Ao contrário dos familiares de outras vítimas, que preferiram se esconder, Ana Maria acompanhou de perto as investigações sobre o assassinato de Mário Eugênio. Ainda assim, se confessa desiludida. "Eu nunca tinha vindo a Brasília. Quando cheguei do Rio e vi mais de 10 mil pessoas no enterro, tive esperanças de que o culpado seria punido, mas foi tudo ilusão".

Ana Maria se lembra de que Mário Eugênio era imbuído de um "espírito justiceiro", e achava que nada lhe aconteceria, apesar das denúncias de corrupção na polícia que patrocinava. Hoje, é Ana Maria quem usa os microfones de uma das rádios da cidade, a exemplo do que fazia o ex-marido.

O assassinato de Mário Eugênio, no dia 11 de novembro de 1984, foi consequência das denúncias que fez à respeito da morte do chacareiro João Batista de Paula Matos, no mês de abril daquele ano, em Luziânia. O chacareiro teria sido morto por engano em uma operação da Polícia Militar para localizar o Passat furtado do tenente do

Exército Ricardo de Paula Avelino. A denúncia, segundo se apurou mais tarde, provocou a união dos militares a agentes da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) para planejar a execução do jornalista.

Os primeiros a pagar pelo crime contra o jornalista foram o ex-sargento Antônio Nazareno, condenado a 11 anos de prisão, e o ex-cabo David do Couto, condenado a nove anos e quatro meses. Cinco anos após o crime, foi a vez do policial civil aposentado Iracildo José de Oliveira, também condenado a 11 anos.

O ex-agente da Polícia Civil Divino José de Matos, o Divino 45, foi o último a cair nas garras da Justiça. Julgado em 1990, Divino alegou problemas mentais para recorrer da sentença que o condenava a 15 anos. Divino 45 teria sido o autor dos disparos, mas está livre até hoje, aguardando a tramitação de sua apelação. Até hoje o mandante do crime também não foi identificado. Acusado na época, o delegado aposentado Ary Sardella, foi absolvido por falta de provas. O ex-secretário de Segurança Pública, Lauro Rieth, também não chegou a ser julgado.

MISTÉRIO

Pedrinho e Victor, desafios à polícia

Ninguém evapora. Certamente não foi esse o destino de Victor Saber Tardin Abreu, na tarde do dia 22 de junho de 1984, quando deixava sua casa para trabalhar. Também é improvável que tenha evaporado o bebê Pedrinho, levado do Hospital Santa Lúcia, 24 horas depois de seu nascimento, no dia 21 de janeiro de 1986. Mais de dez anos depois, entretanto, o mistério continua e nenhum dos dois foi localizado.

Quando desapareceu, Victor Tardin Abreu tinha 22 anos e acabara de ganhar o Voyage branco placa BC-6262/DF, que também sumiu naquela tarde, da porta de sua casa na 708 Sul. Para a polícia, Victor foi rendido e sequestrado pelo ex-presidiário Joil Duarte, que o teria matado para roubar seu carro. Seu corpo nunca foi localizado. Isso fez com que o inquérito 39/84 se arrastasse por 12 anos. Foi arquivado este ano por falta de provas.

O atual delegado-chefe da Delegacia de Homicídios, Jovino

Bento explica que o inquérito foi relatado ao juiz da 7ª Vara Criminal no dia 07 de outubro. No entendimento do juiz, as provas apresentadas pela polícia foram insuficientes para condenar Joil Duarte.

Sequestro - "A minha esperança continua a mesma do dia seguinte", afirma Maria Auxiliadora Pinto, mãe do bebê Pedrinho, cujo sequestro mobilizou a Capital Federal em 1986. Auxiliadora teve o filho retirado de seus braços por uma mulher bem vestida, que se dizia assistente social. Nos últimos dez anos, a família recebeu todos os tipos de alarmes falsos sobre o paradeiro de Pedrinho.

Amostras do sangue de Maria Auxiliadora e de seu marido, Jairo Tapajós estão guardados no Banco de DNA. "Hoje em dia eles fazem o exame por conta própria, nem nos avisam para não causar mais dor". Auxiliadora guarda ressentimentos contra os policiais que investigaram o caso. "A 1ª DP fica ao lado do Hospital, mas eles demoram quatro horas para chegar. Nenhuma impressão digital foi colhida dos objetos que a sequestradora tocou", desabafa. (LL)

Mandado pede julgamento à revelia

O promotor Andreilino Bento Santos Filho, do Tribunal do Júri de Taguatinga, impetra ainda este ano no Tribunal de Justiça do Distrito Federal um mandado de segurança que pode ajudar a acabar com a impunidade dos homicidas. Ele pretende pedir autorização para julgar à revelia acusados de assassinato, ou seja, sem a presença do réu perante o júri.

De acordo com Andreilino, a recente mudança no Código de Processo Penal (CPP) alterou somente a consequência da revelia, que era a prescrição do crime. "Se réu for julgado à revelia e condenado, irá cumprir a pena direto quando for capturado". O promotor admite que o simples julgamento não garantirá a punição, mas também defende o aparelhamento da polícia como solução para esta falha.

"Nós temos um sistema de identi-

cação que deixa a desejar", critica. "Enquanto a Caixa Econômica processa milhões de cartões da Sena em um dia, o Instituto Nacional de Identificação nem recebe informações sobre os inquéritos do interior, por exemplo". O promotor denuncia que uma simples mudança de Estado pode ser suficiente para "limpar" a folha corrida de um homicida. "Não é preciso nem usar nome ou documento falso", lamenta.

Com base nos direitos e garantias individuais e coletivos, previstos no artigo 5º da Constituição Federal, Andreilino alega que o julgamento dos acusados de homicídio é um direito da sociedade. "Quando se abre um processo criminal, o Estado passa a ter o dever de se pronunciar sobre aquele caso e uma lei (a que proíbe julgamento à revelia) não pode impedir isto", defende. (LL)